

**ATIVISMOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS NA ZONA
OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE OS
COLETIVOS QUE SE ORGANIZAM EM ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA DO TIPO
CASA.
TÍTULO EM PORTUGUÊS**

*TACTIVITIES, SOCIAL MOVEMENTS AND COLLECTIVE ACTIONS IN THE WEST ZONE OF THE
CITY OF RIO DE JANEIRO: A STUDY ON THE COLLECTIVES ORGANIZED IN HOUSE-TYPE
SPACES OF RESISTANCE.*

 Rosilaine Souza de Araújo da Silva ^A

^A Secretaria Municipal de Educação, (SME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em: 17/05/2023 | 19/05/2023 **DOI:** 10.12957/tamoios.2023.76169
Correspondência para: Rosilaine Souza de Araújo da Silva (rosesaprof@yahoo.com.br)

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a organização de ativismos, movimentos sociais e ações coletivas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, por um lado a partir do resgate teórico sobre o conceito de movimentos sociais e, por outro aspecto, entender a organização de coletivos de resistência cultural que se localizam na periferia da cidade do Rio de Janeiro com pautas identitárias e culturais (mulheres, negros, LGBTQI+).

Palavras-chave: Movimentos sociais; coletivos; Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Abstract

This article aims to reflect on the organization of social movements and collective actions in the West Zone of the city of Rio de Janeiro, on the one hand from the theoretical rescue of the concept of social movements and, on the other hand, to understand the organization of cultural resistance collectives that are located on the outskirts of the city of Rio de Janeiro with identity and cultural agendas (women, blacks, LGBTQI+).

Keywords: Social movements, collectives, West Zone of the city of Rio de Janeiro.



INTRODUÇÃO

As Jornadas de Junho de 2013 foram consideradas um marco para o debate dos movimentos sociais no Brasil, entendemos que esse evento não está deslocado de um cenário mundial, e por tanto, é importante analisar a conjuntura internacional e brasileira a partir de vários rebatimentos, alguns mais recentes, como a crise econômica de 2008, perpassando pelos megaeventos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas), o Golpe no governo democrático da presidenta Dilma até a pandemia da COVID-19. A interligação desses acontecimentos, são fundamentais para entender a organização dos ativismos e movimentos sociais na atualidade, tarefa que faremos neste artigo com o objetivo de compreender coletivos que se organizam a partir de espaços culturais do tipo casa na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Para entender essa realidade no recorte espacial proposto, trabalhamos com uma pesquisa exploratória com onze coletivos que desenvolvem atividades culturais de resistência, através da aplicação de um formulário em que seus representantes apresentavam o histórico e ações desenvolvidas pelos coletivos investigados.

ATIVISMOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS NO CONTEXTO PÓS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Para iniciar essa reflexão é necessário lembrar momentos históricos recentes do nosso país, tais como a crise econômica de 2008, as Jornadas de Junho de 2013, os megaeventos: Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíadas (2016), os retrocessos na democracia brasileira a partir de 2016, o isolamento social de 2020/2021 e a retomada às ruas a partir de 2021/2022 a partir da vacinação, que no Brasil é encampada pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Esses eventos se atravessam por provocarem impactos socioeconômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e culturais nos diferentes setores da sociedade, dentre eles, as diferentes formas de organização dos ativismos, movimentos sociais e ações coletivas.

O contexto de crise econômica em 2008, iniciada nos Estados Unidos a partir da bolha imobiliária e que assumiu uma escala global atingindo vários países, inclusive o Brasil, sendo que de forma mais profunda a partir de 2014, como indica Gohn (2020, p. 02) já assombrava desde 2010 nossa economia:

A década de 2010 iniciou-se sob a sombra da crise financeira de 2008, e foi marcada pelo encolhimento da economia em várias partes do globo, desemprego, aumento das desigualdades sociais, reformas do estado, perda de direitos dos trabalhadores, ressurgimento de grupos conservadores e do nacionalismo e protestos sociais.

Essa precarização na vida dos trabalhadores/as das cidades brasileiras é evidenciada, por exemplo no aumento das tarifas dos transportes públicos, ou ainda, nas pautas anticorrupção, motivadores das Jornadas de Junho de 2013, data emblemática para entender a complexidade e as particularidades dos ativismos, movimentos sociais e ações coletivas (progressistas ou conservadores) na atualidade. A título de exemplificação, vale ressaltar que nas Jornadas de Junho no Rio de Janeiro, verificamos vários grupos presentes no espaço público e atuando através das redes sociais e, por vezes sem vínculos entre si, como: grupos de esquerda, grupos desorganizados de “verde e amarelo” e os autonomistas com organização horizontal com destaque ao Movimento Passe Livre - MPL com pautas pelo transporte público e gratuito e responsável pelo chamamento para as



manifestações. O MPL surge em 2003 e se define como “um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos os coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15).

As chamadas para os protestos ocorreram, sobretudo, através das redes sociais (Twitter, Facebook) e majoritariamente por jovens, evidenciando a potência dessas tecnologias de comunicação como ferramenta aos movimentos, no entanto, não podemos esquecer o alerta de Lima:

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia – televisão, rádio, jornais e revistas – é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto (LIMA, 2013, p. 89).

Neste contexto onde “modelos de desenvolvimento e as formas de fazer política estão em questão” repertórios são acionados, tais como “formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais” (ROLNIK, 2013, p. 12), ou seja, os movimentos sociais ou políticos clássicos, “velhos” (movimentos estudantis, sindicatos, partidos políticos, luta pela terra, luta por moradia), os novos movimentos sociais (identitários ou culturalistas), estiveram presentes, no entanto, a forma de organização autonomista, horizontal e descentralizada apontava para novíssimos movimentos sociais, gerando “cada qual com suas pautas e estilos de ativismo, em convivência. E sem harmonia. No dia 20, rasgaram-se bandeiras, e o comando da rua foi disputado no braço” (ALONSO, 2017, p. 53) e caminham rapidamente para um “movimento que começara apartidário se tornava então *antipartidário*” (SECCO, 2013, p. 74).

A democracia é tensionada com a emergência de pautas conservadoras, antidemocráticas e cheias de discursos de ódio, ou seja, mudam de sentido os projetos em disputa, embora as ações, tais como, protestos, marchas, cartazes fossem similares, o que fez pesquisadores e jornalistas identificarem as mesmas pautas entre os manifestantes. Algumas diferenças logo foram sendo percebidas, tais como o uso da bandeira e blusas com as cores verde e amarelo criando uma aproximação maior com os eventos ligados as Diretas Já (1984), Fora Collor (1994) e aos eventos esportivos, ou seja, surgem (ou ganham força) novos grupos de movimentos reacionários, conservadores, autoritários e de extrema direita. Podemos citar o Movimento Brasil Livre – MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online. Para Alonso (2017, p. 49) essa diversidade aparece, principalmente em três grupos:

O repertório socialista, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical. A apregoada “novidade” de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática black bloc), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo). O terceiro repertório, o patriota, foi menos notado em 2013, embora o nacionalismo esteja em moda mundo afora e se enraíze na tradição local.

Aliás, Damo (2020, p.170) aposta que é necessário avaliar que “os megaeventos esportivos impactaram as Jornadas de Junho de modo mais intenso do que a bibliografia supõe”, Vainer (2013, p. 37) aponta que:

megaeventos, meganegócios, megaprojetos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços



investimentos urbanos associados à Copa do Mundo 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos jogos Olímpicos de 2016

Trata-se da própria concepção de cidade, do uso do dinheiro público para construção de uma infraestrutura esportiva “padrão Fifa”, não prioritária aos setores da sociedade, mas que demarca uma confluência entre acordos do Estado e dos capitalistas, com violações aos direitos humanos, principalmente nas camadas populares, que ao longo do tempo vem apontando outras demandas relacionadas ao direito à cidadania.

Damo (2020, p. 177) revela que são nessas circunstâncias que “um matiz verde e amarelo até então inexistente” transbordando de nacionalismo, o antipetismo, antipartidarismo e da extrema direita antidemocrática avança no senso comum e passa a disputar as pautas, tais como “impeachment, Lava-Jato, Escola Sem Partido, entre outras pautas – nem sempre conectadas” (DAMO, 2020, p. 187) tensões que apontam para outra dinâmica das lutas, onde destaca-se:

corrupção se sobressaiu em relação a outras pautas, suscitando, inclusive, a criação de movimentos que até então não existiam e dando respaldo popular à megaoperação lava-Jato, desencadeada no início de 2014 e responsável indireta pelo impeachment da Presidente Dilma, em 2016, pelo encarceramento do ex-presidente Lula – o principal avalista dos megaeventos esportivos – e decisiva nas eleições de 2018. (DAMO, 2020, p. 171)

A polarização da sociedade brasileira se torna uma realidade: por um lado, essa onda conservadora mais visível nas ruas e virtualmente, contribuindo com as narrativas de políticos de partidos liberais, da grande mídia e de extrema direita, na construção de pautas anticorrupção que elevaram o antipetismo e foram importantes no contexto do golpe ao governo democrático da presidenta Dilma Russeff (2011-2016) através de “discursos evocando Deus” (GLOBO, 18-04-2016), a família tradicional e de combate a velha política. Como Gohn chama atenção (2020, p. 4):

Os atos na cena pública, na década que se encerrou, conforme mencionado acima, não se limitou aos setores progressistas, organizados ou não, em movimentos, coletivos etc. As manifestações se tornaram também formas de expressão e performances de grupos e organizações e movimentos políticos conservadores, antidemocráticos, como as carreatas, manifestações em praças e avenidas, acampamentos em Brasília, São Paulo etc.

Por outro lado, presencialmente nas ruas e também nas redes sociais, os militantes de sindicatos, partidos, coletivos e movimentos sociais, como o estudantil, deram continuidade às lutas em greves, manifestos, ocupações e atos, seguindo pautas progressistas em defesa da democracia e contrárias à escalada do desmonte da “coisa pública” no país. Destacamos a formação a partir de 2015 da Frente Brasil Popular (FBP) e da Frente Povo Sem Medo (FPSM), como aponta Alonso (2017, p. 55)

O setor socialista se aglutinou em duas coalizões de apoio a Dilma, em outubro: a Frente Povo sem Medo (cerca de trinta sindicatos e movimentos, de quinze estados), liderada por CUT e MTST, e a Frente Brasil Popular (mais de setenta membros, entre movimentos, pequenos partidos de esquerda e setores de outros partidos).



O que se segue é o enfraquecimento da democracia, a título de exemplificação, temos a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a PEC dos Gastos, principal medida econômica do governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018) composto por “homens velhos, ricos e brancos”.

As eleições de 2018 marcam ataques às universidades, à ciência, à pesquisa científica, aos povos originários, a população negra, de mulheres e LGBTQI+ e a construção das notícias falsas (*fake news*). O governo Jair Bolsonaro, eleito nas eleições de 2018, não apresentava nenhum comprometimento com a redução das desigualdades sociais. A situação agrava-se no contexto de uma pandemia global que gera imenso impacto na sociedade, em tempos de isolamento estar fora do espaço das ruas significou segurança contra o Coronavírus, mas também significou “passar a boiada” nas palavras do então ministro Ricardo Salles (2019-2021) no sentido de mudanças de regras de proteção ambiental e da agricultura.

Neste cenário, onde a orientação é de cautela em relação às aglomerações, outras formas de ativismos e lutas políticas são necessárias e são construídas ou retomadas. É nesta direção que faremos o recorte deste trabalho, refletindo como na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, área periférica, coletivos vem se organizando em espaços com características residenciais, tipo casa, baseados no fortalecimento das redes de solidariedade e na produção de uma cultura diversa, com pautas progressistas e, no geral, identitárias através de movimentos artístico culturais. Para tanto, é necessário se debruçar no conceito de movimentos sociais e de ativismos políticos contemporâneos.

Durante o século XX encontramos ao menos três teorias que pretendem fazer outras leituras em relação a Teoria Marxista dos Movimentos Sociais – TMMS (GOHN, 2011), ancorada na categoria de classe e da necessidade de construção de processos revolucionários. Essas novas teorias partem do princípio que o modelo clássico de exploração pelo trabalho não explica os cenários de manifestações e ações políticas após maio de 1968 em Paris/França marcados pelo aumento das subjetividades.

A saber temos a Teoria da Mobilização de Recursos – TMR, a Teoria dos Processos Políticos – TPP ou depois de algumas atualizações Teoria do Confronto Político – TCP e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS. E recentemente, alguns autores indicam os Novíssimos Movimentos Sociais, com características apartidárias, ciberativista, autonomista e de horizontalidade em suas decisões/ações e ainda “mobilizações sociais com pautas anarquistas e/ou anticapitalistas ligados ao fenômeno da globalização” (Perez e Souza, 2017, p. 8).

Partindo da geografia temos uma “Pré-história” dos estudos sobre movimentos sociais” (PEDON, 2013, p. 36) período em que o pensamento geográfico está vinculado à tendência neopositivista e que se estende até o período de redemocratização do Brasil, destaque para as obras e atuação dos geógrafos Manuel Correia de Andrade – A terra e o homem no nordeste (1963) e Josué de Castro – Sete palmas de terra e um caixão: ensaios sobre o nordeste área explosiva (1964).

No entanto, é a partir da Geografia crítica, de base marxista, do diálogo com autores de outras áreas do conhecimento, tais como a sociologia e da influência da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) que cresce o interesse nos estudos geográficos sobre os movimentos sociais (urbanos e rurais) e os ativismos de bairro. Destacamos: “O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista” (SOUZA, 1988), “Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais de Fortaleza” (SILVA, 1992), “Movimento social como categoria geográfica (FERNANDES, 2000) e “Por uma teoria geográfica dos movimentos sociais” (GONÇALVES, 2000).

Seguindo essa linha de reflexões sobre os movimentos sociais, Santos (2011) no trabalho “Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social” aponta uma divisão de três tendências no que se refere aos estudos geográficos sobre os movimentos sociais, a saber: (I) “Geografia da organização dos movimentos sociais” com base descritiva a partir da observação das



lutas em curso; (II) “Geografia das lutas sociais” onde a análise dos movimentos sociais ocorre a partir da construção de suas espacialidades, ou seja, das resistências, lutas e conflitos no/pelo espaço e (III) “Geo-grafias dos movimentos sociais” os movimentos sociais a partir do processo de (re)produção das relações sociais/espaciais são portadores de práticas espaciais, são sujeitos e não objetos. Nestes casos, por vezes, a geografia/ciência já se apresenta como uma ferramenta de luta, como indica Bartholl (2018, p. 54) ao tratar da Geografia(s) em movimento(s): “(...) são geografias feitas *junto aos, nos e/ou pelos* próprios movimentos e seus sujeitos, no sentido de identificação com os objetivos gerais de suas resistências e perspectivas de luta, mas também no sentido epistemológico e, com isso, metodológico, conceitual e teórico”.

Não seguiremos a classificação entre velhos, novos e novíssimos movimentos sociais, presentes no debate das teorias sobre os movimentos sociais, embora, entendemos a influência que a Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS tenha exercido no Brasil, e na geografia, como indica Pedon (2013, p. 63) “A partir de 1980, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi extensamente utilizada como referência, inclusive na geografia”. Levaremos em consideração a crítica de Alonso (2009), Zibechi (2015, 2020, 2022) e Martins (2016) que apontam que essa classificação procura por inovações/novidades, que já estavam presentes em outros momentos da história, tais como o movimento feminista (século XIX) ou táticas black blocs e/ou autonomistas (movimento anarquista do século XIX).

Assim, utilizaremos o conceito de repertório, pois ao observar a dinâmica dos movimentos sociais ao longo do tempo, revela-se muito mais semelhanças do que distanciamentos, embora com performances muito diversas. Alonso aponta que (2012, p. 25) “repertório é conhecimento social sedimentado”, onde:

A transferência de repertórios é, então, processo relacional e disputado (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizado (o peso da tradição) e condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade). (ALONSO, 2012, p. 31).

Alonso (2012) dialogando com Tilly indica que repertório é um conjunto de formas de ações, tais como greves, comícios, ocupações, assembleias, passeatas e um conjunto variado de performances, levando-se em consideração as particularidades do território a partir de suas relações de poder, dos sujeitos e sua criatividade: “escolha, interpretação, compreensão, improviso, aprendizagem são termos que trazem para a abordagem dos processos políticos os contextos de micro interação social, a vida vivida” (ALONSO, 2012, p.31).

Trazendo o conceito de repertório para um olhar geográfico, Santos (2002) indica como possibilidade de análise os “repertórios espaciais de ação” através de “memórias espacializadas” que mesclam “referenciais temporais”, “grafagens espaciais” materiais e imateriais e que incluem:

(i) a patrimonialização e musealização - que envolvem pesquisa, legislações, salvaguarda e ações de proteção, restauração, preservação e conservação de bens, assim como a promoção do resgate e valorização, e também a criação e fortalecimento de instituições voltadas para tais fins; (ii) disputa de toponímias, tomando a nomeação como ferramenta de memória e identidade; (iii) ocupação e ressignificação de espaços públicos através de práticas culturais e religiosas ativistas; (iv) judicialização de reivindicações; (v) articulação e incorporação de pautas raciais por atores de outras lutas urbanas, como as lutas por moradia; entre outros (SANTOS, 2022, p.03)



Entendemos que as ações coletivas, ativismos e movimentos sociais podem ter pautas progressistas, reformistas, revolucionárias, antidemocráticas ou fascistas, ou seja, são sujeitos organizados que possuem pautas de mudanças sociais em várias direções, desta forma utilizam repertórios de ações como forma de pressão. Souza (2009) aponta que movimento social trata de uma modalidade ambiciosa de ativismo, pois possui elevado senso crítico que questionam as desigualdades socioespaciais, sendo assim, todo o movimento social é um ativismo e desenvolve ações coletivas. No entanto, nem todo ativismo é um movimento social, como apresentamos na imagem abaixo:

A partir da realidade da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que com a formação desigual do espaço se constitui em área periférica, vislumbramos no contexto de retrocessos na democracia brasileira (pós golpe de 2016) e diferentes classes em luta pela construção da cidadania, onde verifica-se um aumento de coletivos, no geral, ativismos sociais, que se organizam utilizando o espaço de casas residências. Para Perez e Souza (2017, p. 30):

Em comum os coletivos carregam a ideia de união, bem como a vinculação com causas sociais. Existe um sentido de novidade e modernidade embutido no termo: coletivo remete a um novo tipo de organização distante das organizações formalizadas e burocratizadas. Seus membros reinventam nomenclaturas para distanciar as práticas dos coletivos das organizações hierárquicas e com excesso de regras. A fluidez (ausência de normas rígidas de funcionamento ou da necessidade de continuação no tempo

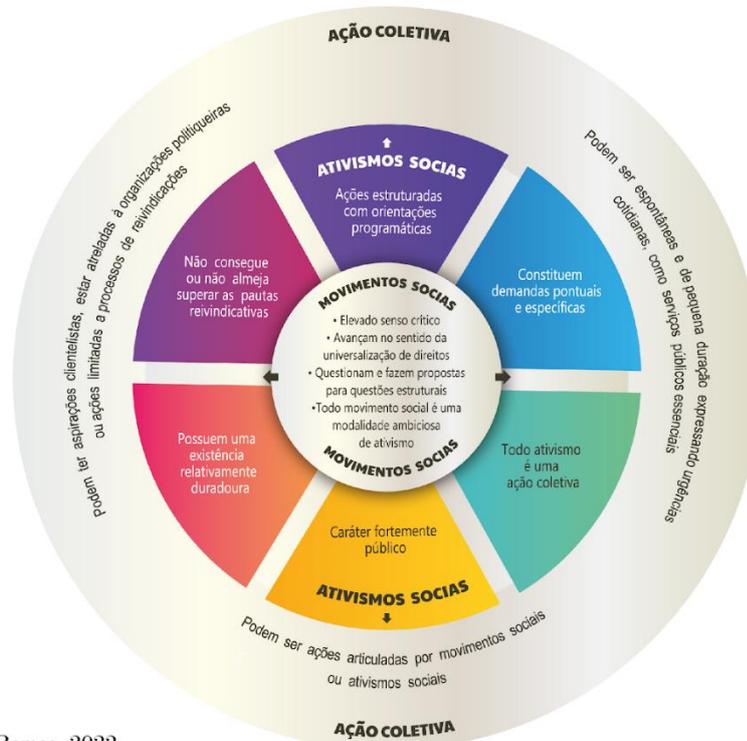
Vale destacar que a formação de coletivos também faz parte de um repertório de ações e que será acionado pelos grupos a partir dos seus interesses, ou seja, de uma estrutura de conflito, Perez e Souza (2017, p.20) indicam a partir de um levantamento com 21 coletivos da cidade de Teresina/Piauí:

o termo coletivo não é uma invenção dos anos 2000: dois coletivos ligados a partidos políticos da cidade de Teresina foram criados nos anos 1960 e 1985. Nesses dois casos os coletivos foram criados como extensões da luta partidária nas universidades.



Imagem 1: Ações Coletivas, Ativismos e Movimentos Sociais

AÇÕES COLETIVAS, ATIVISMOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS



Fonte: Souza, 2009 e Ramos, 2022.

A formação de coletivos na Zona Oeste terá uma eclosão no contexto pós Jornadas de Junho e da ocupação das escolas em 2016, a título de exemplificação, temos a notícia publicada pelo Jornal O GLOBO (G1: 15/04/2016) a partir de dados da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc) que 40 colégios estavam ocupados no Estado do Rio de Janeiro (as pautas estavam em torno da melhoria no ensino, contra a reforma do ensino médio e apoio a greve dos professores). Desse total de escolas ocupadas quatro eram na Zona Oeste, a saber: o Colégio Mario Quintana, no bairro de Campo Grande, Colégio Stuart Edgar Angel Jones, no bairro de Senador Camará, Colégio Bangu e Colégio Salim Miguel em Bangu. No estudo de Perez e Souza (2017, p. 20) essa conjuntura também se confirma:

A relação entre a criação dos coletivos e grandes eventos estudantis que marcaram os últimos anos — especificamente as manifestações de junho de 2013 e as ocupações estudantis ocorridas em 2016 — também apareceu em cinco entrevistas. Segundo parte dos entrevistados, nesses espaços os estudantes entraram em contato com o conceito e a ideia de criação de coletivos. Assim, o momento de visibilidade dos movimentos, conforme Melucci (1989), facilitou a criação de novos grupos e o recrutamento de militantes para os movimentos sociais.

Vale chamar a atenção, que o histórico de ações de resistências na região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro é longo e dinâmico, mas também complexo e desigual e que envolve a luta pela permanência na terra e ativismos (SANTOS, 2011, 2012 e SILVA, 2010), como tentamos



apresentar no infográfico abaixo com o objetivo de entender as ações coletivas, ativismos e movimentos sociais, mas também os processos político-pedagógicos, as alianças construídas, as rupturas e continuidades. Principalmente ao escolhermos seguir o caminho apontado por Zibechi (2015, p. 91) ao analisar as “sociedades em movimento” na América Latina:

Minha hipótese é que no último meio século as periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação da terra e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às economias contestatórias. Do meu ponto de vista, não se tem refletido sobre esse longo processo em toda a sua complexidade, e ainda não descobrimos todas as suas potencialidades.

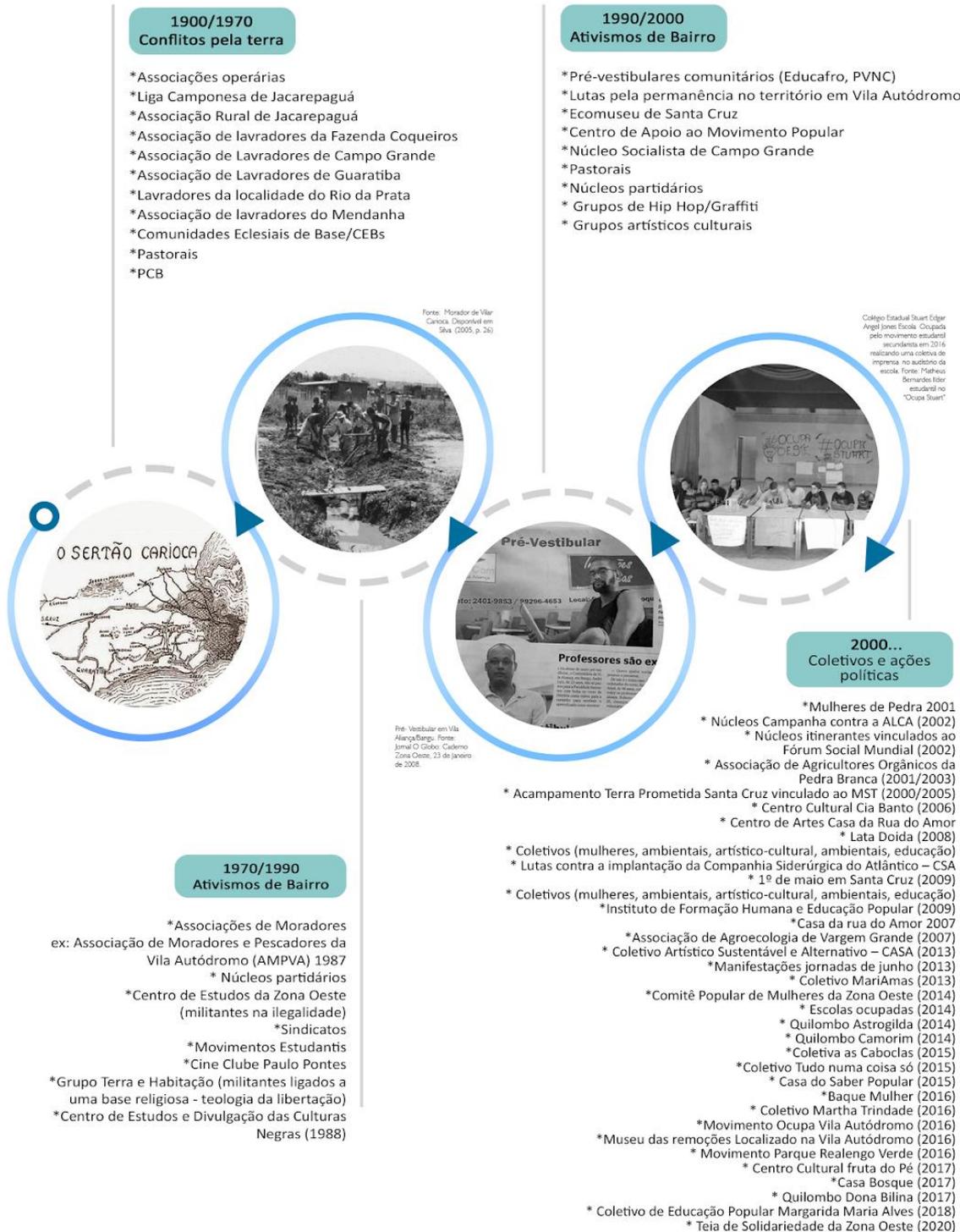
Vale esclarecer, que a produção deste infográfico é uma pista no caminho teórico-metodológico de entendimento dos espaços de resistência periférica da Zona Oeste da cidade e que os períodos indicados servem como referência para uma dinâmica social que precisa ser melhor entendida, sendo assim, resgatar e sistematizar informações sobre alguns (não são os únicos, mas os possíveis de identificação até o momento) processos de resistência e suas ações coletivas, que por vezes coexistem, se comunicam, compartilham e fortalecem agendas, e por vezes, possuem os mesmos militantes (pluriativismos), ou seja, embora um movimento apareça em determinado período, isso não quer dizer que deixou de existir ou que suas ações não seguem sendo organizadas coletivamente no tempo/espaço. Ou ainda, os processos político-pedagógicos que são construídos nessa longa caminhada, seja pela luta pela terra (associações de lavradores), os ativismos de bairro (associações de moradores), as lutas por educação (educação popular, pré-vestibulares comunitários) ou os coletivos e as pautas identitárias e culturais mais recentes, como tentamos apresentar inicialmente no infográfico abaixo e que aprofundaremos no próximo item ao tratar dos coletivos que se organizam a partir de casas.

Neste trabalho, ainda com fôlego inicial, mas com entusiasmo de uma moradora e educadora da Zona Oeste da cidade, percorreu-se um caminho metodológico, baseado no resgate da bibliografia sobre a teoria dos movimentos sociais e os chamados coletivos, com recorte nos grupos que utilizam espaços com o formato de “casas”, Vaz (2019) chamará esses coletivos de “Casas Suburbanas de Arte, Cultura e Memória”. Para entender essa realidade no recorte espacial proposto, trabalhamos com uma pesquisa exploratória com onze coletivos (Figura 1) que desenvolvem atividades culturais de resistência, através de “giros de observação” e da aplicação de um formulário em que seus representantes apresentavam o histórico e ações desenvolvidas pelos coletivos. Fazemos a leitura que as Jornadas de Junho (2013) e o fortalecimento do movimento estudantil no período das escolas ocupadas (2016) na Zona Oeste possibilitaram a emergência de novas frentes de lutas (debates e ações coletivas) com maior protagonismo da juventude e que será visível nos coletivos e espaços de resistência do tipo casa, tais como a Casa Bosque, o Centro Cultural Fruta do Pé e o Coletivo Casa Comum. Destacamos ainda que durante a pandemia esses espaços abrigaram ações coletivas de resistência, como distribuição de cestas básicas, mas também o fortalecimento de ativismos e movimentos sociais, como o ponto de retirada de cestas e produtos agroecológicos.



Imagem 2: Ações Coletivas, Ativismos e Movimentos Sociais na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro:

AÇÕES COLETIVAS, ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO





COLETIVOS NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: BAIROS DE SANTA CRUZ, CAMPO GRANDE, COSMOS, PACIÊNCIA, INHOAÍBA, GUARATIBA

O município do Rio de Janeiro é composto por quatro regiões que se inserem de forma desigual no tempo e no espaço na dinâmica urbana e da cidade, a saber a Zona Sul (área privilegiada dos investimentos públicos da cidade), área central (área que localiza o centro histórico e de negócios), Zona Norte (subúrbio próximo) e a Zona Oeste antiga área rural e periferia distante, descrita por Vaz (2019, p.24):

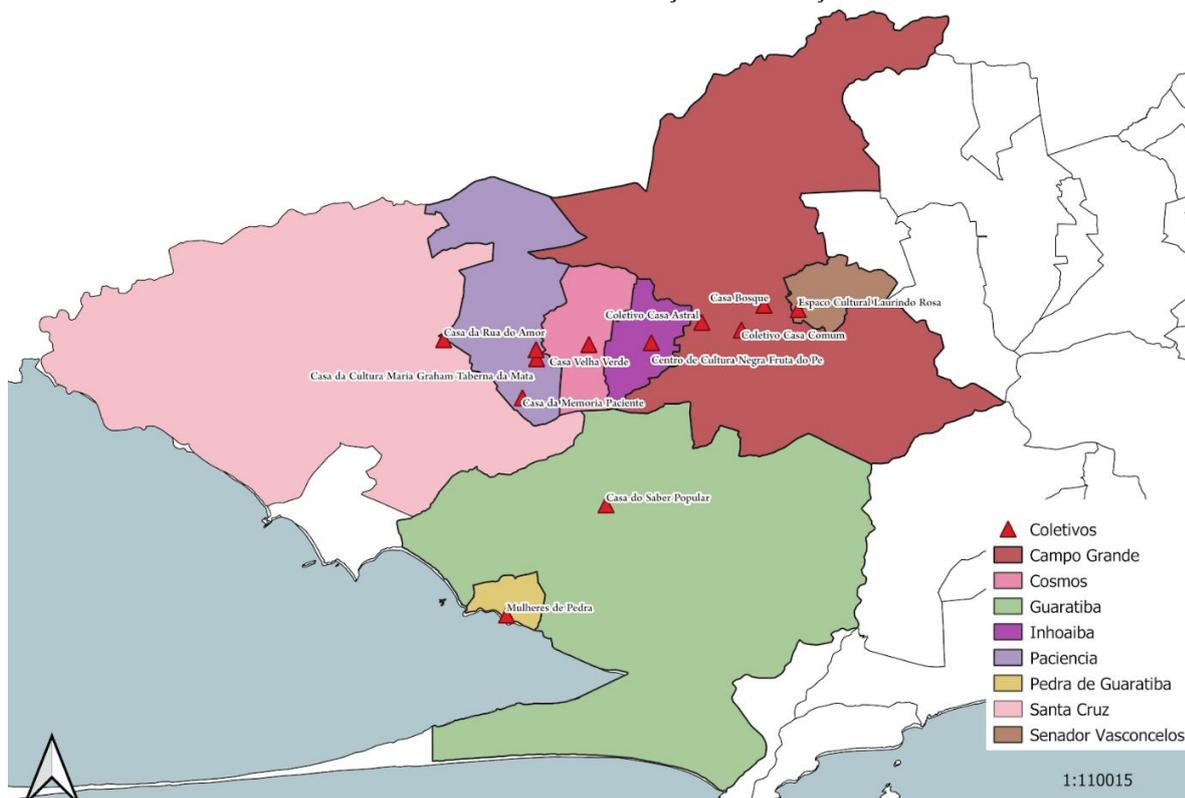
A citricultura entra em crise e a frente agrícola dá lugar à frente urbana, na virada dos 1950 para o 1960, os terrenos valorizados, mas ainda assim baratos, para o contexto da cidade animam o mercado imobiliário, inicia-se o processo de periferização da região, a Zona Rural é substituída pela Zona Oeste.

A Zona Oeste é a região que possui maior área territorial e os bairros mais populosos, a saber, entre os 10 bairros mais populosos do Brasil, quatro deles estão na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: 1º Campo Grande (336.484), 2º Bangu (259.133), 4º Santa Cruz (222.704) e 8º Realengo (184.574). No entanto, as políticas urbanas direcionadas para esses territórios não equivalem às suas necessidades, sendo assim, a região possui um histórico de crescimento populacional desordenado (loteamentos clandestinos, irregulares e processo de favelização).

É neste cenário de desigualdade e de luta pelo direito à cidade que se localizam os coletivos do tipo “casa” que estamos analisando neste estudo e que se encontram nos bairros de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande, Paciência, Cosmos e Inhoaíba, como representamos na figura 1 e na descrição desses coletivos no quadro 1.

Figura 1 - Mapa da Zona Oeste e localização dos coletivos pesquisados

Fonte: A autora com base no endereço de localização dos coletivos





Quadro 1 - Coletivos do tipo “casa” encontrados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro

Fonte: A autora com base no retorno dos coletivos (formulário Google) e pesquisas realizadas em redes sociais dos grupos.

Coletivo - “casa” e bairro	Forma de atuação principal
Casa da rua do amor Bairro de Santa Cruz	Atividades de artes integradas (teatro, teatro de bonecos, música, artes plásticas e literatura)
Casa velha Verde Bairro de Cosmos	Atividades musicais e divulgação de artistas locais. Organização de eventos para promover cultura, destaca-se as rodas de samba
Casa do Saber Popular Bairro de Guaratiba	Atividades (cursos, oficinas, rodas) sobre a cultura popular como capoeira, coco.
Mulheres de Pedra Bairro de Pedra de Guaratiba	Atividades de economia solidária, com realização de atividades poético - musicais
Casa da Memória Paciente - CAMEMPA Bairro de Paciência	Saraus poético - musicais, Caminhadas ecológicas, Passeios de reconhecimento histórico, Palestras nas escolas públicas locais, pesquisa sobre a região da mata de Paciência, trio "Os Camelôs da Poesia" e o projeto "A Banca Dá Poesia"
Casa da Cultura Maria Graham Bairro de Paciência	Atividades musicais (JAZZ, MPB, instrumentais e Rock acústico), danças, saraus literários, lançamentos de livros e palestras.
Coletivo Terraço das Artes Bairro de Paciência	Cine clube, danças populares, feira, bazar e saraus
Casa Bosque Bairro de Campo Grande	Feira multicultural, clube de xadrez, Atividades musicais, divulgação de ativistas locais
Coletivo Casa Astral Bairro de Campo Grande	Atividades musicais, divulgação de ativistas locais, com exposição de artesanato, tatuagens; Organização de eventos para promover cultura
Coletivo Casa Comum Bairro de Campo Grande	Loja coletiva, eventos culturais (música e artes visuais), biblioteca, cineclube, debates
Centro de Cultura Negra Fruta do Pé Bairro de Campo Grande	Rodas de samba, aulas de percussão, de samba, de capoeira palestras, encontros e debates no contexto de ancestralidade, pertencimento e memória. Websérie sobre o samba durante a pandemia.
Espaço Cultural Laurindo Rosa Bairro de Senador Vasconcelos	Música, teatro, dança, circo, oficinas de percussão. Pós pandemia retornou com regularidade o projeto musical Samba d'Aurora

Percebemos nos coletivos mapeados a predominância das atividades artísticas e culturais, que se desenvolvem em espaços residenciais (ou similares), fato que pode ser refletido a partir de um histórico de lutas vinculadas ao acesso à cultura, como relata Vaz (2019) ao citar a criação do Teatro Rural do Estudante em Campo Grande, em 1952, mais da ausência de equipamentos culturais institucionais na região citada, que embora tenha os bairros mais populosos da cidade, possui apenas 01(um) teatro (Teatro Artur Azevedo em Campo Grande), 03 (três) Lonas/Arenas culturais (Teatro de Arena Elza Osborne – Campo Grande, Lona Cultural Sandra de Sá – Santa Cruz, Arena Carioca Chacrinha – Pedra de Guaratiba), 02 (duas) bibliotecas públicas (biblioteca popular de Santa Cruz localizada no Centro Cultural Princesa Isabel/Ecomuseu de Santa Cruz e a Biblioteca Municipal Manuel Ignácio da Silva em Campo Grande), os demais equipamentos localizam-se, no geral, em espaços privados, tais como cinemas em shoppings. Para Vaz (2019, p. 18) morar na Zona Oeste



“esbarra nas duras fronteiras de uma cidade dual, seja pelas barreiras físicas, geográficas, simbólicas, culturais, econômicas, ideológicas e outras”

Vale destacar que as atividades artístico - culturais desenvolvidas possuem pautas progressistas e identitárias a partir da vivência periférica da cidade, principalmente com narrativas de resgate dos saberes e fazeres ancestrais como espaços para artesãs, para a culinária, feiras, saraus ou ainda, atividades musicais, principalmente vinculadas às rodas de samba. Sendo assim, os repertórios de ações espaciais aparecem de forma forte nestes coletivos/casas, seja na luta pela patrimonialização e a ocupação e ressignificação dos espaços públicos (SANTOS, 2011) e privados que acarretam o fortalecimento dos vínculos comunitários, a ação política e iniciativas de resgate e valorização das culturas populares e periféricas em espaços que apontam uma fronteira, pois no geral, são espaços privados, como quintais, terraços, casas (ou partes dela) mas que se abrem como local de encontro e do uso comum.

No geral, esses coletivos datam do período pós Jornadas de Junho de 2013, no entanto, chamamos a atenção para três espaços, que já possuem uma continuidade de mais de uma década de ações coletivas e avaliamos que possuem uma organização mais institucionalizada, seja pela participação em editais que possibilitaram em algum momento o financiamento do espaço e suas atividades. Espaço Cultural Laurindo Rosa, da década de 90 do século XX, que é descrito como “atividades culturais de resistência, voltado para parcerias com coletivos culturais”, Mulheres de Pedra fundada em 2001 “coletivo que objetiva valorizar o protagonismo da mulher negra na construção de um outro mundo no qual as relações se tecem através da arte, da educação, da economia solidária e da diversidade cultural” e a Casa da Rua do Amor que inicia suas atividades em 2004, no entanto, com o espaço atual a partir de 2007. Vaz (2019, 78) indica que “Essas casas de cultura suburbanas e também bares culturais se multiplicaram no final dos anos 1980 ao início dos 1990 em diversos bairros” na Zona Norte e na Oeste do Rio de Janeiro:

No mesmo período, nas Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro, grupos de artistas se reuniram em cooperativas e associações e passaram a alugar casas para realizar estudos, saraus, rodas de violão, ateliêes, exposições de artes, apresentações teatrais, festas e noites de artes. (VAZ, 2019, 78)

Os demais coletivos, a saber a Casa Velha Verde, a Casa do Saber Popular, Casa da Memória Paciente, a Casa Bosque, a Casa Astral, Casa da Cultura Maria Graham, o coletivo Terraço das artes e Centro de Cultura Negra Fruta do Pé possuem todas as características de espaços residenciais, onde inclusive se vive (com exceção da Casa bosque, um casarão do início do século XX destinado para diversas atividades artísticas e culturais). Esses coletivos vêm construindo um caminho importante de organização de sujeitos e encontros entre outros coletivos, principalmente no contexto pós-pandemia. O centro Cultural Fruta do pé é um interessante exemplo, surge como um evento organizado no espaço público (2017) e se transforma em um coletivo que “como projeto de resistência da cultura afro-brasileira, tem um papel fundamental na revitalização do samba de raiz na região, tendo como primazia a importância de manter as raízes do samba e da valorização do povo Preto”.

Vaz (2019, 101) se propõe a definir como ocorre o funcionamento desses espaços, que percebemos, possuem seus pontos de encontro, baseados em uma rede de colaboração e solidariedade, utilizando a idéia de mediadores:

O(a)s mediadore(a)s destes espaços, que estão desde a criação das Casas, alguns utilizando suas próprias casas, outro(a)s assumindo este papel no decurso do tempo em que as Casas estão em atividades. Cumprem suas funções escrevendo e inscrevendo projetos em editais de fomento à ação cultural; mobilizando os recursos



locais, como comércio (captando algum recurso financeiro para alimentação e compra de material de divulgação dos eventos ou de oficinas); convidando artistas locais para suas programações

Durante os protestos de junho de 2013, a concentração das manifestações ocorreram na área central do Rio de Janeiro, mas especificamente na Presidente Vargas, no entanto, os dias que seguiram marcaram a descentralização dos atos, que passaram a ocorrer em diferentes pontos da cidade, entre eles, os bairros da Zona Oeste, principalmente Campo Grande, que teve concentração na praça dos estudantes em 21/06/2013 (no dia 20 foram as manifestações na área central da cidade do Rio) e depois caminhada até a estrada do Mendanha onde se localiza o West Shopping. Na concentração deste ato estavam presentes além de militantes de partidos, sindicatos, professores e estudantes, atores “estranhos”, ou seja, os verde-amarelos, ou extremistas ou conservadores, também estiveram presentes nas mobilizações que surgiam nos bairros, e inclusive, se apresentavam, indicando suas pautas, tais como o transporte de vans, que na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, possui um histórico de denúncias por assimilação com uma “máfia” ou milícia.

No cenário dos megaeventos, a Zona Oeste não recebeu nenhum legado, pelo contrário, o sistema de BRT já nasceu “natimorto”, ou seja, sem atender as necessidades da população trabalhadora no seu deslocamento casa - trabalho. Recebemos nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Sepetiba conjuntos habitacionais com o objetivo de receber a população removida. Neste caso, as manifestações se concentraram na zona norte do Rio de Janeiro, nos arredores do Maracanã, até onde as forças policiais permitiam a circulação.

Durante o processo de golpe da presidenta eleita democraticamente Dilma, as manifestações pró-Dilma “não vai ter golpe” e pró-democracia se concentravam na área central do Rio de Janeiro, embora no calçadão de Campo Grande coletivos, partidos políticos e sindicatos também fizessem seus protestos dialogando com os passantes, enquanto as manifestações pró- impeachment e depois pró-lava jato, se concentraram principalmente na orla carioca, como Copacabana.

Sendo assim, as ações coletivas, ativismos e movimentos sociais na Zona Oeste voltadas para lutas que envolvem o acesso a terra, trabalho e cidadania são antigos (imagem 2), essas resistências ancestrais criaram repertórios importantes para as lutas comunitárias e o fortalecimento de redes, tais como os pré-vestibulares comunitários, os coletivos ambientais (contra a implantação da TKCSA, por exemplo) em um processo político-pedagógico que podemos somar o pós Jornadas de Junho (2013), as manifestações contra os Megaeventos (2013, 2014, 2016), a ocupação das escolas pelo movimento secundarista (2016) que mobilizaram diferentes sujeitos, principalmente a juventude.

No contexto da pandemia os coletivos se organizaram para distribuição de cestas básicas e algumas frentes se formaram, como a Teia de Solidariedade da Zona Oeste organizada pelo Coletivo Popular de Mulheres da Zona Oeste, a partir de uma dinâmica colaborativa organizada através das redes sociais e campanhas de financiamento coletivo, algumas das casas citadas neste artigo, como o Coletivo Casa Comum e a Casa Bosque estiveram ativos distribuindo cestas básicas e também, como ponto de retirada de produtos agroecológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo pretende somar forças às pesquisas, principalmente do recorte espacial proposto, levando em consideração a importância dos estudos dos movimentos sociais e da territorialização dessas ações políticas que pode revelar um conjunto de vozes e sujeitos coletivos com múltiplas dimensões socioculturais, forjadas no ativismo e na resistência.

O termo coletivo não é uma novidade, mas se torna recorrente na literatura a partir de 2000,



nos coletivos pesquisados apenas um deles é da década de 1990. Nas casas estudadas aqui a construção da solidariedade, do apoio a outros coletivos e do desenvolvimento de atividades artístico - culturais é um destaque. Repara-se nessas casas muita arte, seja nos quintais com graffitis, banners com personalidades da história e cultura afro-brasileira, exposições temporárias ou nos diferentes estilos de “gentes” potentes, criativas e afetivas em uma região com ausência de políticas públicas. Destaca-se ainda a fronteira entre público-privado, pois embora as atividades e ações coletivas sejam realizadas em casas (ou parte delas), quintais ou terraços, se abrem para o uso comum, apresentando possibilidades de organização popular e comunitária.

Neste sentido, se aproximar dos coletivos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que pulsam através de “Casas Suburbanas de Arte, Cultura e Memória” (VAZ, 2009), em uma incessante luta pelo direito de ser e estar na cidade, a partir de pautas progressistas que se renovam e alimentam as lutas em uma perspectiva ancestral, indicando caminhos, depois de tanto tempo de isolamento social por conta da pandemia da COVID-19 é de esperar.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/?format=pdf&lang=pt>
- _____. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. Sociologia e Antropologia. V. 02.03, 2012. Disponível: https://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/v2n03_02.pdf
- _____. A Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. CEBRAP, São Paulo: 2017. Disponível: https://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf
- BARTHOLL, Timo. Por uma geografia em movimento: A ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- DAMO, Arlei Sander. A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho. In: Interseções, Rio de Janeiro. v. 22 n. 2, p. 167-200, set. 2020. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/download/54488/35163>
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.
- _____. Movimentos socioterritoriais e socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera. Ano 8, n. 6. Janeiro/junho de 2005.
- GOHN, Mária da Glória. Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas. ANPOCS, 2020. Disponível: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjQ1NjciO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNGU4MjYyYTZjMTY4NWJhYjlyYjNjMTMwMWIwMzgxNmMiO30%3D>
- _____. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- _____. Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas. <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublicq=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjQ1NjciO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNGU4MjYyYTZjMTY4NWJhYjlyYjNjMTMwMWIwMzgxNmMiO30%3D>
- LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.



- MARTINS, Caio. Teorias dos Novos Movimentos Sociais e Lutas de Classes: Uma Leitura Crítica de Sua Influência no Brasil. Rio de Janeiro, 2016. 403 f. Orientador: Carlos Eduardo Montañó. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não Começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. Iluminuras, Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago/dez, 2017.
- PEDON, Nelson Rodrigo. Geografia e Movimentos Sociais: Dos primeiros estudos à abordagem sócioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- PEDON, Nelson Rodrigo. MONTEIRO, Eldemilson da Silva. MOTTER, Rafael Junior. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso. In: SANTOS, Edinúcia. NETO, Agripino. SILVA, Onildo. Espacialidade e movimentos sociais. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- PEREZ, Olivia Cristina e FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. Latitude, Vol. 11, nº 1, pp.255-294, 2017DOI: <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170107255>
- PEREZ, Olivia Cristina e SOUZA, Bruno Melo. Novíssimos movimentos sociais via ativismo digital: definição e características dos Coletivos. Minas Gerais: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2017.
- REIS, Thiago. Processo de impeachment de Dilma. Jornal O Globo. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html> (consultado: 20 de junho de 2021).
- ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: As revoltas de junho e suas interpretações. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.
- SANTOS, Leonardo Soares. A atuação de militantes comunistas nos conflitos de terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964. Asociación Uruguaya de Historia económica: GT 18: Mercado y mundo del trabajo en Uruguay y América: evolución en el siglo XX, 2011. Disponível in: <https://www.audhe.org.uy/jornadas/internacionales/quintas-jornadas-de-investigacion-2011/40-18-mercado-y-mundo-del-trabajo-en-uruguay-y-america-evolucion-en-el-siglo-xx.html>
- _____. Das folhas de jornal para a realidade: lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945-1964). Revista Convergência Crítica: Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade V. 1 , Nº 1, 2012.
- SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. “Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
- _____. Movimentos Sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- _____. Pequena África: contra o branqueamento, um território negro na área central do Rio de Janeiro. 9ª Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais/CLACSO: “Desigualdades na América Latina e Caribe”, 2022. Disponível in: https://conferenciaclacso.org/programa/resumen_ponencia.php?&ponencia=Conf-1-4392-47245&
- SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.



SILVA, José Borzacchiello. “Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais de Fortaleza”. Fortaleza: Multigraf editora, 1992.

SILVA, Rosilaine Souza de Araújo. A Geografia dos conflitos sociais no entorno da Baía de Sepetiba: Luta por Moradia, Trabalho e cidadania. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Geografia/UFF, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In: Revista Cidades, vol. 6 – nº9, 2009. – São Paulo: Expressão Popular, p. 9-25

_____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Por uma Geografia Libertária. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

VAINER, Carlos. Quando à cidade vai as ruas. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.

VAZ, Luiz Augusto da Rocha. Zona Oeste do Rio. Ocasos e alvoreceres. Um estudo sobre Cultura, Memória e Cidade. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós- graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino americanos: Tendências e desafios. LEHER, Roberto (ORG). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. Movimentos Sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

_____. Territórios em Rebeldia. São Paulo: Elefante, 2022.

COMO CITAR ESTE TRABALHO

SILVA, Rosilaine Souza de Araújo da. Ativismos, Movimentos Sociais e Ações Coletivas na Zona Oeste da cidade do Rio De Janeiro: um estudo sobre os coletivos que se organizam em espaços de resistência do tipo casa. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 118-134, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.76169>. Acesso em: DD MM. AAAA.